

ADVERTÊNCIA

Escolas estaduais de Tangará paralisam atividades nesta terça

>> **Fabiola Tormes**
Redação DS

O Fórum Sindical, entidade que congrega mais de 30 sindicatos e associações de servidores públicos do Estado de Mato Grosso, da qual o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) faz parte, convocou todas as escolas da rede pública estadual para uma Paralisação Geral nesta terça-feira, 17.

A paralisação, segundo a presidente da Subsede do Sintep de Tangará da Serra, Francisca Alda de Lima, será uma advertência para uma possível greve ge-

ral, caso o Governo do Estado não atenda as reivindicações da categoria. “A rede estadual de educação de Mato Grosso para por um dia. O motivo é com relação a pauta dos profissionais da educação, em especial o não repasse para a folha de pagamento dos servidores o reajuste inflacionário integral de 11,27% no mês de maio”, explica a responsável, ao destacar que a exigência do pagamento do Reajuste Geral Anual (RGA) é um direito assegurado pela Constituição, e contraria a decisão do Governo Pedro Taques de congelar os salários dos servidores públicos do Executivo. “A Lei 510/2013 está sendo

desrespeitada pelo Governador do Estado de Mato Grosso. É uma lei que conquistamos em 2013, na greve de 67 dias, então exigimos o cumprimento da mesma”.

Além desta pauta, os educadores reivindicam também a realização do concurso público e o fim do processo de terceirização da educação pública. “Nós, educadores do Estado de Mato Grosso exigimos a realização do Concurso Público e também nos posicionamos contra a privatização da educação”, reforça, ao afirmar que todas as unidades estaduais de Tangará da Serra paralisação suas atividades neste terça.



Todas as unidades estaduais de Tangará da Serra paralisação suas atividades neste terça

24 DE MAIO



A decisão foi tomada em assembleia extraordinária

Educadores tangaraenses sinalizam positivamente pela greve

>> **Fabiola Tormes**
Redação DS

O Sintep/MT, além de convocar os profissionais da categoria para paralisarem as atividades nesta terça-feira, também convocou representantes de todos os municípios mato-grossenses para participarem de uma Assembleia Geral que acontecerá no dia 23 de maio, em Cuiabá.

Segundo a presidente da Subsede do Sintep de Tangará da Serra, Francisca Alda de Lima, nesta assembleia os profissionais da educação definirão o futuro da educação no Estado. “O Estado de Mato Grosso vai definir por greve ou não, por tempo indeterminado. Tudo vai depender da negociação do Governador com o Sindicato da categoria”, adiantou, ao informar ainda que os educadores de Tangará da Serra já sinalizaram positivamente pela greve. A decisão foi tomada em assembleia

extraordinária realizada na manhã desta segunda-feira, 16, na quadra poliesportiva da escola 29 de Novembro, onde a maioria foi favorável ao início da greve a partir do dia 24 de maio.

Segundo Francisca, desde 2013, após o término da greve de 67 dias, a educação vive em ‘estado de greve’. “Nós tivemos a Lei 510, fomos contemplados com a dobra do poder de compra, porém ficaram alguns pontos pendentes, como a realização do concurso público, que o governo não atendeu (...) e agora chegou o momento em que a categoria não suporta mais reivindicar, tentar negociação e não ser atendido”.

Ela lembra que a negociação vinha sendo mantida com o Governo passado e este agora, que, segundo ela, houve tempo suficiente para assumir a causa. “Demos um ano de credibilidade, estivemos em alerta e agora é hora de realmente começar a cumprir”.

PROPOSTA

Estado quer terceirizar administração das escolas **João Batista e Jonas Lopes**



Em Tangará da Serra, pelo menos duas escolas estão inclusas na proposta estadual de privatização

>> **Fabiola Tormes**
Redação DS

O Estado de Mato Grosso possui 755 unidades de ensino regular e pelo menos 76 escolas e 15 Centros de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (Cefapros) terão suas áreas administrativas e de manutenção vinculadas à iniciativa privada.

Pelo menos esta é a proposta do governo do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), através do MT PAR, que abriu Procedimento de Manifestação de Interesse

(PMI) para realização de Parceria Público Privada (PPP). Empresas habilitadas se candidatarão e apresentarão estudos de modelagem. Quem vencer a concessão administrativa ficará responsável pela construção, reforma, ampliação, gestão, manutenção e operacionalização de serviços não pedagógicos dessas escolas e Cefapros.

Em Tangará da Serra, pelo menos duas escolas estão inclusas na proposta estadual de privatização – Professor João Batista e Jonas Lopes da Silva. “O Sintep se posiciona contra a terceirização, pois educação não é uma mercadoria. Educa-

ção é um contexto geral, feita e debatida por uma comunidade e por isso o Sindicato se posiciona contra a terceirização da educação”, protesta a presidente da Subsede do Sintep de Tangará da Serra, Francisca Alda de Lima, ao lembrar que esta é uma das pautas do protesto que será promovido nesta terça-feira, 17, em todas as unidades estaduais de Tangará.

Para a responsável, a terceirização, de certa forma, se não for bem estabelecida, poderá subtrair os direitos trabalhistas dos profissionais da educação. “Temos ações concretas em Tangará da Serra, as Oss [Organiza-

ções Sociais], que temos pessoas ainda na luta para receber seus direitos enquanto trabalhadores. Então a educação preocupa-se muito neste sentido”, lembra. “Temos a preocupação também que o vigia, a merendeira e o pessoal da limpeza da escola, que são educadores, que são profissionais da educação e que recebem informação específica por meio do pró-funcionário (...) perderão a progressão na carreira”.

Já a justificativa do Estado para iniciar essa PPP é a carência de capacidade financeira para fazer face a essas demandas de curto e longo prazos.